

PASPECTOS DA NASALIDADE NA CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA

Nazarete de Souza (UNICAMP)

RESUMO

Este artigo apresenta aspectos descritivos da representação ortográfica da nasalidade na Carta do Descobrimento do Brasil, escrita por Pero Vaz de Caminha. Tal estudo evidencia a variação gráfica da escrita da Língua Portuguesa numa época em que não havia, mas já estava próxima, uma normalização oficial da ortografia do português. A normalização só viria no século XX, naquele momento havia um sentimento de organização da ortografia que vinha com os escritores e com os editores.

Palavras-chave: Nasalidade, Língua Portuguesa, Carta

INTRODUÇÃO

A questão ortográfica ocupa um amplo espaço nas gramáticas normativas e nas salas de aula. O seu estudo, no entanto, exclui um enfoque diacrônico, privando os estudantes do conhecimento histórico a respeito da evolução ortográfica da Língua Portuguesa ao longo do tempo. Um estudo nesse sentido é importante, uma vez que a ortografia é um dos aspectos com relação ao qual os alunos apresentam dificuldades de aprendizagem porque exige memorização e resultados imediatos.

Neste artigo, pretendemos descrever um dos aspectos mais polêmicos da ortografia da Língua Portuguesa - a nasalidade - num estágio que também é considerado polêmico por se tratar de um período - século XVI - em que em Portugal não se oficializara ainda nenhum tratado ortográfico, mas que também não se distanciava do surgimento das primeiras gramáticas normativas da Língua Portuguesa. A primeira gramática foi publicada por Fernão de Oliveira, em 1536, a segunda por João de Barros, em 1540.

A escolha da Carta como *corpus* justifica-se pela sua importância histórica, pelo fato de ser um documento privilegiado, que teve como destinatário um rei, e de que foi redigida pelo profissional responsável pelos registros escritos da mais ostensiva viagem empre-

endida por Portugal até então. Para ressaltar, tomamos as palavras de Mattos e Silva (1996: 19):

(...) A observação sistemática de alguns aspectos lingüísticos da Carta de 1500 não é mais que uma contribuição para o conhecimento do português ao fechar-se o século XV e ao abrir-se o tempo chamado moderno. (...) A Carta de Caminha é um “informante lingüístico” para isso privilegiado (...) (Mattos e Silva, 1996: 19).

Além disso, a história da Língua Portuguesa, em seu percurso, tem trabalhado prioritariamente com textos literários e basicamente enfocando aspectos filológicos. Mais recentemente, lingüistas têm-se voltado para os textos portugueses medievais a fim de examiná-los à luz da Lingüística Moderna. Um exemplo é o Grupo PROHPOR (Programa Para a História da Língua Portuguesa), vinculado ao Departamento de Letras Vernáculas e ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFBA, fundado em 1991. Em 1992, o PROHPOR publicou, no número 13 da Revista Estudos Lingüísticos e Literários, dedicado aos 500 anos da América, quatro trabalhos desenvolvidos a partir da Carta. Em 1996, esses trabalhos totalizavam doze. Cambraia e Megale (2000) fizeram um estudo que consideram tornar a leitura da Carta bastante acessível ao público interessado, mesmo para quem não seja especialista na área. Cagliari (2001a, 2001b, 2001c, 2001d) escreveu diversos artigos (ainda em ms) enfocando aspectos gráficos da Carta, tais como as abreviaturas, os sinais de pontuação, o estilo das letras e até mesmo a própria nasalidade. No Instituto de Estudos da Linguagem, da Unicamp, Souza (2002), defendeu uma dissertação de mestrado na qual trabalhou, de forma descritiva, as peculiaridades ortográficas da Carta, sobretudo das consoantes e das vogais. Tais estudos, todavia, não encerram as possibilidades de pesquisas lingüísticas com a Carta. Como afirma Mattos e Silva (1996: 18): “Não esgotamos, é óbvio, tudo o que a Carta informa sobre o português de 1500, pelo contrário. Há muito ainda que fazer (...)” (Mattos e Silva, 1996: 18).

O CORPUS

Datada “deste porto seguro davosa jlha de vera cruz oje sesta feira primeiro de maio de 1500” (14r12-13)¹, a Carta está entre os poucos documentos que se salvaram dos que foram enviados ao rei D. Manuel por membros da armada de Pedro Álvares Cabral. Além da Carta, tem-se conhecimento da Carta do Mestre João² e da Relação do Piloto Anônimo³.

A Carta esteve esquecida nos arquivos da Torre do Tombo, em Lisboa, durante três séculos, até ser encontrada, em 1773, pelo guarda-mor da Torre, Jose de Seabra, que incumbiu o escrivão Eusébio Manuel da Silva a fazer dela uma cópia perfeita “para sua melhor inteligência”. Esta cópia encontra-se hoje no arquivo da Real Mariinha do Rio de Janeiro e provavelmente tenha vindo ao Brasil na bagagem da corte portuguesa, em 1808. No entanto, sua primeira publicação se deu em 1817 pelo padre Manuel Aires do Casal na *Corografia Brasílica*. Apesar do mérito que tem, nessa publicação a Carta foi reproduzida com muitas omissões de trechos que a índole do sacerdote não permitiu publicar, particularmente trechos que descrevem a nudez dos indígenas. A partir dessa primeira publicação, a Carta despertou interesses no Brasil e fora dele, sendo traduzida para diversas línguas do Ocidente, tais como para o francês, o alemão, o inglês, o espanhol.

Quanto aos aspectos materiais da Carta, Caminha, escrivão profissional e de longa experiência, seguiu muito de perto as exigências da época. A Carta possui sete folhas dobradas de papel, cada folha com quatro páginas escritas, de 29,6 cm por 29,9cm, totalizando vinte e sete páginas escritas de texto e uma de endereço. As margens são pequenas. No geral, as páginas apresentam trinta e seis linhas em

¹ As referências para as citações da Carta serão feitas da seguinte maneira: número de fólio – r (rosto) ou v (verso) – número de linha. Assim, (14r12-13) significa fólio 14, rosto, linhas 12 e 13.

² Também escrita no Brasil e datada de 1º de maio de 1500. Por muito tempo a identidade do seu autor ficou sem comprovação. Hoje, sabe-se que Mestre João é João Farás, astrônomo, astrólogo, bacharel em artes e medicina, físico e cirurgião (Serrão et alii, 1992: 28).

³ Segundo consta, este é o único documento que narra a viagem de Cabral por completo. Ficou conhecido como *Relação do Piloto Anônimo* por manter-se ignorado o nome do seu autor. Só recentemente, W.B. Greenlee, historiador norte-americano, identificou sua autoria como sendo do escrivão João de Sá (Pereira, 2000: 6-7).

média, com um mínimo de trinta e uma, e um máximo de trinta e nove linhas. A tinta usual era a preta, mas, segundo Cagliari (2001d: 22), a da Carta era clara, de cor castanha, possibilitando que frente e verso do papel fossem utilizados. O estilo caligráfico é a *escrita processual* originada da *escrita cortesã*, que era a escrita tradicional na corte no século XV. Mas, mesmo o estilo processual de Caminha já apresentava características da *escrita encadeada* que viria a ser moda durante o século XVI. No estilo encadeado escrevia-se sem levantar a pena, gerando muitas palavras ajuntadas, o que dificultava a leitura, pois “ seu traçado é mais livre, mais distendido, com mais traços idiossincráticos que enfeitavam certas letras, às vezes, dando uma dimensão distorcida com relação às demais” (Cagliari, 2001d: 9).

Quanto ao estilo de letra da Carta, Cagliari (2001d: 12) define a escrita de Caminha como uma escrita elegante, clara, cursiva, de aspecto gráfico constante e cuidado. De acordo com o autor:

As letras são arredondadas, à moda das letras Carolíngias, com caudas longas, à moda das letras Visigóticas. (...) O caráter manuscrito de escrivão imprime às letras, às vezes, enlases e outras formas de enfeites, embora, na Carta, isso tenha sido usado com muita discrição. A escrita é uniforme, apresentando um aspecto menos cuidado, de escrita às pressas, no final do documento (Cagliari, 2001d: 12).

Em síntese, ainda conforme Cagliari (2001d: 27), Caminha, escrivão de ofício e funcionário real, apresentou em sua Carta características formais típicas da escrita dos notários e de escrivães da corte, da segunda metade do século XV, imprimindo, todavia, um estilo mais individual, característico de escrita pessoal, talvez devido às condições em que produziu o documento.

Devido à sua dimensão histórica a Carta tem sido, ao longo do tempo, objeto de centenas estudos, sejam eles de cunho histórico, literário, sociológico, filosófico, antropológico, filológico, lexicográfico, e outros. Considerando-a como obra literária, Cortesão (1943: 15) a inclui no gênero “narrativas de viagem” que, para ele, é mais vivo, próprio e original da literatura portuguesa.

Para Souza (2000), da Carta emergem aspectos da sociedade portuguesa da época quatrocentista, uma sociedade “politicamente estabilizada”, mas onde

...seguiram dominantes mitos e motivações dos séculos anteriores, nutridos em sua religiosidade e nas lutas pela reconquista (Souza, 2000: 6). (*E, Caminha,*) como filho legítimo de seu tempo, não está além dele, tampouco está aquém. Nesta sociedade, construiu o seu espírito observador, também nele nutriu suas utopias, seus mitos e visões (Souza, 2000: 4).

A Carta é, por conseguinte, um produto ambíguo, é marcada pela simplicidade, é descritiva, mas é atravessada pelo enigmático e ambivalente.

A LÍNGUA PORTUGUESA E A ORTOGRAFIA NO SÉCULO XVI

Delimitar datas para fatos lingüísticos é tarefa complexa, a língua é dinâmica e as mudanças não se dão num momento estático, elas estão envoltas num processo de transição.

Em 1500, o cenário português acompanhava a efervescência cultural e lingüística que se observava no panorama europeu. As línguas românicas firmavam sua identidade frente ao Latim, contudo, essa autonomia carecia ainda de sustentação, particularmente o caso da escrita que, como vimos, não possuía regras oficializadas. Portanto, estabelecer fronteiras entre o período arcaico e o moderno da Língua Portuguesa é questão contraditória entre os estudiosos do assunto. De modo geral, o início do português arcaico é estabelecido a partir dos primeiros vestígios de uma escrita em português, tendo como documentos inaugurais o *Testamento de Afonso* (1214) e a *Notícia do Torto* (1214 ou 1216). Também são consideradas as mais antigas cantigas de amigo e de amor do *Cancioneiro Medieval* português, datado do início do século XIII. Por outro lado, o final desse período ainda necessita de dados mais esclarecedores. Como afirma Mattos e Silva (1996: 21):

(...) Vale lembrar que os estudiosos que se debruçaram sobre a questão complexa da periodização da língua portuguesa, se são unânimes em determinar os inícios do seu período arcaico, ou seja, o primeiro período em que o português está documentado pela escrita, e hoje o situam nos inícios do século XIII (...) divergem quanto ao seu término, portanto quanto ao início do período moderno, designado por muitos de período clássico. (...) entre os inícios do século XVI e a data da publicação de Os Lusíadas, 1572, oscilam os pontos de vista quanto aos inícios do período designado por moderno ou clássico (Mattos e Silva, 1996: 21).

Interessa também o que a mesma autora argumenta em estudo anterior sobre a Carta:

Sabe-se que os historiadores da língua e da literatura portuguesas situam o "período moderno", a partir do século XVI. Outros preferem já matizar essa assertiva (Castro et alii, 1991: 241) e, saindo dos fatores da história externa à língua, consideram fatores sociolinguísticos significativos para propor como os fins do "período antigo" os meados do século: o aparecimento das propostas normatizadoras, a propagação do ensino do "vulgar português" e não apenas do latim, como na Idade Média. Serão esses, certamente, elementos que interferem na história do português e se difundem a partir de 1536, data da primeira reflexão sobre a língua portuguesa, a de Fernão de Oliveira, logo seguida pela de João de Barros, 1540, também com as *Cartinhas/Cartilhas* que se multiplicam então para levar ao mundo novo a língua "companheira do império" (Mattos e Silva, 1992: 108).

Sem regras ortográficas estabelecidas, a escrita da Língua Portuguesa manteve-se subordinada ao sistema latino. Com o tempo, o latim já não era língua familiar aos portugueses e, conseqüentemente, os usuários da escrita se dispuseram a escrever a sua própria língua materna. Esses 'escritores' utilizavam um processo conveniente, utilizando o princípio acrofônico⁴ de escrita e as letras do alfabeto latino: este "era usado como uma espécie de alfabeto fonético, porém com fortes restrições oriundas da ortografia das palavras latinas já tradicionalmente estabelecidas" (Cagliari, 1994a: 106).

Algumas dificuldades logo se apresentaram, uma vez que a Língua Portuguesa, a essa altura já bem distante da latina, apresentava alguns sons que não existiam no latim, por exemplo, os sons palatais <j>, <ch>, <lh>, <nh> e os ditongos nasais. Como registrou Leite de Vasconcelos (1996: 204):

Os primeiros que tentaram representar graficamente o português vieram-se em fortes embaraços: de um lado o modelo tirânico do latim, a qual mal podiam subtrair-se (como entre nós ainda hoje se sucede), e do outro precisavam de representar os sons da língua viva com suficiente exatidão, sons que por vezes eram absolutamente estranhos ao latim (...) (Leite de Vasconcelos, 1996: 204).

Por isso, nos textos desse período, encontramos grafias diferentes para a representação da nasalidade, por exemplo. Formas co-

⁴ "(...) o fato de as letras terem nomes cujo primeiro som representa o elemento fonético associado à letra" (Cagliari, 1994a: 107).

mo *coraçõ*, *coraçam*, *coraçom* e *nõ*, *nom*, *nam*, não significam uma escrita baseada na fala de seus escritores, mas denunciam hipóteses que eles faziam sobre a escrita do português. São esses tipos de variações gráficas das nasais, na Carta, que descreveremos a partir do próximo tópico.

A REPRESENTAÇÃO ESCRITA DA NASALIDADE

Na Carta, a nasalidade é representada ortograficamente pelas consoantes M e N, pelo dígrafo NH e pelo til.

A nasalidade representada por M e N:

Em início de sílabas:

<i>milhor</i> (1r6)	(melhor)
<i>mes</i> (1r17)	(mês)
<i>segujmos</i> (1r29)	(seguimos)
<i>começo</i> (1r15)	(começo)
<i>nova</i> (1r4)	(nova)
<i>nesse</i> (1r29)	(nesse)
<i>canareas</i> (1r18)	(Canárias)
<i>maneira</i> (1r26)	(maneira)

Em posição de coda interna de palavras:

Dentro de palavras escritas sem separação por espaço em branco ou por outra marca, a nasalidade é representada indiscriminadamente por M ou N diante de ‘c’, ‘ç’, ‘ch’, ‘g’, ‘j’, ‘t’, ‘d’ e ‘r’, como se verifica nos exemplos abaixo:

<i>comta</i> (1r6)	(contar)
<i>contar</i> (1r7)	
<i>dentro</i> (3v4)	(dentro)
<i>dentro</i> (2v14)	
<i>tamto</i> (1v24)	(tanto)
<i>tanto</i> (6v25)	
<i>jemte</i> (13r3)	(gente)
<i>jente</i> (8r12)	
<i>quamdo</i> (2r18)	(quando)

<i>quando</i> (2v31)	
<i>omde</i> (1v14)	(onde)
<i>onde</i> (12r2)	
<i>gramde</i> (1v3)	grande)
<i>grande</i> (2v33)	
<i>jmfindas</i> (13v19)	(infundas)
<i>brancos</i> (2v12)	(brancos)
<i>brancas</i> (2r4)	(brancas)
<i>ancoraramse</i> (2r31)	(ancoraram-se)
<i>amcorajem</i> (3v5)	(ancoragem)
<i>longo</i> (2r14)	(longo)
<i>longo</i> (7v3)	
<i>ningẽ</i> (4r32)	(ninguém)
<i>njmguem</i> (4v26)	
<i>simgraduras</i> (1r12)	(singraduras)
<i>mjngoa</i> (2v30)	(míngua)
<i>lançauãna</i> (3r8)	(lançavam-na)
<i>lançaua</i> (12v25)	(lançava)
<i>jnocemçia</i> (2v9)	(inocência)
<i>jnoçençia</i> (11r23)	
<i>sancho</i> (2v34)	(Sancho)
<i>emcherã</i> (4v35)	(encheram)
<i>ancha</i> (8v35)	(ampla)
<i>auamjelho</i> (5r14)	(evangelho)
<i>avanjelho</i> (5r18)	
<i>amrique</i> (12r16)	(Henrique)
<i>anrique</i> (12v24)	
<i>comsigo</i> (7v12)	(consigo)
<i>consentir</i> (8r28)	(consentir)
<i>pemsar</i> (10v2)	(pensar)
<i>mansas</i> (8r18)	(mansas)

Entretanto, verifica-se um grande uso de N antes das letras ‘p’ e ‘b’, quando, na ortografia atual do português, nesses contextos, o padrão que ficou na tradição é o uso de M e nunca de N:

<i>ambos</i> (2v10)	(ambos)
<i>canpainhas</i> (3v16)	(campainhas)
<i>senpre</i> (5r14)	(sempre)
<i>enbarcamos</i> (5v2)	(embarcamos)

<i>tronbetas</i> (5v29)	(trombetras)
<i>tenpo</i> (6r2)	(tempo)
<i>conpanhia</i> (6r7)	(companhia)
<i>tanbem</i> (7r3)	(também)
<i>sonbreiro</i> (7r34)	(sombreiro)
<i>conprir</i> (13v28)	(cumprir)

Em alguns casos, a representação da nasalidade coincide com o padrão moderno:

<i>embargo</i> (4v27)	(embargo)
<i>ambos</i> (13r14)	(ambos)
<i>sombreiro</i> (1v36)	(sombreiro)
<i>tempo</i> (1r26)	(tempo)
<i>compridas</i> (1r4)	(compridas)

Em posição de coda em final de palavras:

Palavras que não são verbos, separadas por espaço em branco, apresentam a letra M na coda final:

<i>pentem</i> (2v20)	(pente)
<i>amcorajem</i> (3v5)	(ancoragem)
<i>aquem</i> (3v29)	(aquém)
<i>emtam</i> (4r30)	(então)
<i>domtem</i> (5r25)	(de ontem)
<i>njmguem</i> (4v26)	(ninguém)
<i>preeçam</i> (5r2)	(pregação)

A palavra ‘pregação’ encontra-se também grafada *preeacom* (5r17/18), assim como há *naveaçom* (1r4/5) e *mençam* (3r2), o que nos leva a crer que a pronúncia desses finais nasais podia variar em [õ, ãu] ou em [ã, õ], de acordo com Cagliari (2001b: 9).

Da mesma forma, a terminação da terceira pessoa plural dos verbos apresenta a consoante ‘m’, quando seguidos de espaço em branco:

<i>deuem</i> (1r14)	(devem)
<i>deziam</i> (1r32)	(diziam)
<i>heram</i> (1v27)	(eram)
<i>querem</i> (2r4)	(querem)
<i>achasem</i> (2r33)	(achassem)

<i>fosem</i> (2r22)	(fossem)
<i>amdauam</i> (2v1)	(andavam)

No caso de verbos na terceira pessoa plural com o pronome oblíquo enclítico agrupado, a tendência é a nasal vir representada ortograficamente por N:

<i>mostraranlhes</i> (3r11)	(mostraram-lhes)
<i>trouueranlhes</i> (3r18)	(trouxeram-lhes)
<i>poseranlhes</i> (3r18)	(puseram-lhes)
<i>acenaranlhes</i> (5r10)	(acenaram-lhes)
<i>aleuantaranse</i> (5r28)	(levantaram-se)
<i>afasta/uanse</i> (6v20/21)	(afastavam-se)
<i>hianse</i> (6v21)	(iam-se)
<i>foranse</i> (7v22)	(foram-se)
<i>querianse</i> (10r30)	(queriam-se)
<i>fazianse</i> (11v19)	(faziam-se)
<i>tornaranse</i> (12r23)	(tornaram-se)

Entretanto, há algumas exceções, principalmente quando o pronome é ‘se’:

<i>trouueramlhes</i> (3r20)	(trouxeram-lhes)
<i>acenaramlhes</i> (11r21)	(acenaram-lhes)
<i>amcoraramse</i> (3v4)	(ancoraram-se)
<i>assentaramse</i> (5r27)	(assentaram-se)
<i>tornaramse</i> (5v30)	(tornaram-se)
<i>foramse</i> (9r6)	(foram-se)
<i>hiamse</i> (12v18)	(iam-se)

A nasalidade representada pelo dígrafo NH:

<i>nhũãa</i> (1v28)	(nenhuma)
<i>nhũũ</i> (9r13)	(nenhum)
<i>lenha</i> (2r17)	(lenha)
<i>ljnho</i> (4r12)	(linho)

Nota: O dígrafo ‘nh’ já era usual na época de Caminha. Williams (1975: 36) assegura que o seu primeiro registro em documento apareceu entre 1262 e 1273. Em textos mais antigos o som [ɲ] era representado por ‘n’, ‘ni’, ‘nn’.

A nasalidade representada pelo til ‘~’:

O til apresenta duas funções:

- i. representar a abreviatura de palavras;
- ii. representar a nasalidade vocálica de vogais e ditongos.

No caso das abreviações, as letras suprimidas não são necessariamente as consoantes nasais. Todavia, em final de palavras, provavelmente o til represente a abreviação de uma consoante nasal ou apenas assinala a nasalidade vocálica.

Vogal nasalizada por til em palavras que não são verbos:

No meio de palavras:

<i>põta</i> (2v13)	(ponta)
<i>acatamêto</i> (5v15)	(acatamento)
<i>diã/te</i> (1v12)	(diante)
<i>quãto</i> (10r28)	(quanto)
<i>quãdo</i> (10r29)	(quando)

Nessas palavras, o til nasaliza as vogais e indica a ausência de uma consoante nasal na escrita.

Em final de palavras:

<i>cõ</i> (2r1)	(com)
<i>homẽ</i> (2r33)	(homem)
<i>paixã</i> (2v17)	(paixão)
<i>nõ</i> (2v28)	(não)
<i>amỹ</i> (3v19)	(a mim)
<i>bẽ</i> (4v35)	(bem)
<i>mamỹ</i> (5v14)	(mas a mim)
<i>nẽ</i> (5v15)	(nem)
<i>preegaçã</i> (5v32)	(pregação)

Nos exemplos acima, é difícil determinar se o til indica apenas a nasalização das vogais ou se concomitantemente indica a supressão de uma consoante nasal que nasalizaria as vogais. Na inter-

pretação de Cagliari (2001b: 6), o til pode indicar a supressão da consoante nasal em ‘bê’ e ‘nê’, uma vez que é mais comum a escrita com as consoantes nasais. O uso do til para indicar a nasalidade e abreviaturas não permite conclusões totalmente seguras, nestes casos. Em ‘cõ’ e ‘nõ’, o autor considera o mais provável a supressão da nasal e uma pronúncia não ditongada [kõ, nõ].

A nasalização das vogais duplicadas:

<i>hũũ</i> (2r1)	(um)
<i>bõõs</i> (2v6)	(bons)
<i>mãão</i> (2v12)	(mãos)
<i>chãão</i> (2v36)	(chão)
<i>vĩĩmos</i> (5r21)	(vimos)
<i>camarõões</i> (5v36)	(camarões)

De acordo com Cagliari (2001b: 7), em palavras com vogais duplicadas, o til tem por função apenas representar a nasalidade vocálica, já que se uma consoante nasal fosse introduzida entre essas vogais, seria interpretada como consoante *de* onset e não de coda. Se, por outro lado, introduzisse a consoante nasal após a segunda vogal, além de desfazer o ditongo final de palavras como em ‘mãão’ e ‘chãão’, a escrita seria um tanto estranha. Outra consequência, conforme o autor expõe, como essas vogais duplicadas constituem um hiato, a nasal colocada depois da segunda vogal resultaria em que a primeira da dupla ficaria sem a marca da nasalidade.

Vogal nasalizada por til em verbos:

Verbos com til na vogal final:

<i>andauã</i> (2v19)	(andava)
<i>mostrarã</i> (3r8)	(mostraram)
<i>gostarã</i> (3r19)	(gostaram)
<i>lavarã</i> (3r22)	(lavaram)
<i>chamã</i> (3v18)	(chamam)
<i>queriã</i> (4r13)	(queriam-se)
<i>emcherã</i> (4r35)	(encheram)
<i>ficarã</i> (5v31)	(ficaram)

<i>forã</i> (5v34)	(foram)
<i>saberẽ</i> (6r29)	(saberem)

Como nas palavras que não são verbos, o til no final de verbos em terceira pessoa plural tem dupla função: indicar a nasalidade da vogal e a ausência de uma consoante nasal, esperada nesse contexto. Cagliari (2001b: 8) considera a possibilidade de uma ditongação nasal [ãu] e não de uma pronúncia [ã] e [õ] nesses casos, assim como nas palavras não verbos de terminação idêntica.

Em verbos na terceira pessoa plural com pronomes oblíquos enclíticos iniciados por N ou M, a nasalidade final dos verbos é representada por til, para evitar a ocorrência de duas consoantes nasais contíguas, pois isso fugiria do sistema ortográfico:

<i>tomarãno</i> (3r10)	(tomaram-no)
<i>lançauãna</i> (3r18)	(lançavam-na)
<i>acenaarãnos</i> (4v1)	(aconavam-nos)
<i>abracauãnos</i> (8v6)	(abraçavam-nos)
<i>parecerãme</i> (10r4)	(pareceram-me)
<i>assentarãnos</i> (10r12)	(assentaram-nos)

Há alguns exemplos dessa mesma ocorrência diante de ‘se’ e ‘lhe’. Cagliari (2001b: 8) justifica-os como sendo uma busca de simetria do sistema, causada pela presença do pronome oblíquo, mesmo que este não seja iniciado por uma consoante: nasal:

<i>lançarãlhes</i> (3r38)	(lançaram-lhes)
<i>chegarãse</i> (5v8)	(chegaram-se)
<i>pararãse</i> (6v9)	(pararam-se)
<i>derãlhe</i> (8r28)	(deram-lhe)
<i>queriãse</i> (9r26)	(queriam-se)

Verbos com til em vogal interna:

<i>mãdou</i> (3v12)	(mandou)
<i>corẽdo</i> (3v31)	(correndo)
<i>mãdar</i> (6r11)	(mandar)
<i>amã/sar</i> (6r33/34)	(amansar)
<i>estãdo</i> (7r20)	(estando)

Nesses verbos, como ocorre com as palavras que não são verbos, o til indica a ausência da consoante nasal na escrita. A vogal

com o til, na verdade, não representa uma transcrição fonética, mas um uso do til como marca de abreviatura ou de supressão de letras, como nos exemplos acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta de Caminha possibilita um amplo estudo de aspectos ortográficos da Língua Portuguesa, no entanto, ela significa uma contribuição mínima em relação ao que pode ser estudado quanto à ortografia do português, pois é apenas um documento dentro do vasto conjunto de textos históricos, de autores importantes, escritos em diferentes épocas, que se encontram disponíveis. Só um estudo exaustivo desses textos poderá dar conta de juntar elementos suficientes para uma história da ortografia da Língua Portuguesa do ponto de vista da estrutura dos sistemas ortográficos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. *A escrita do português arcaico e a falsa noção de ortografia fonética*. Associação Internacional de Lusitanistas. Actas do Quinto Congresso. Coimbra: Universidade de Oxford, set./1998.

———. *As letras da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Campinas: Unicamp/CNPq, (2001a). (ms.)

———. *A representação ortográfica da nasalidade na Carta de Pero Vaz de Caminha*. Campinas: Unicamp/CNPq, (2001b). (ms.)

———. *Breve estudo das formas das letras da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Campinas: Unicamp/CNPq, (2001c). (ms.)

———. *Os estilos de letras em Portugal e a Carta de Pero Vaz de Caminha*. Campinas: Unicamp/CNPq, (2001d). (ms.)

CAMBRAIA, C. N. e MEGALE, H. et alii. *A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, (1999).

CORTESÃO, Jaime *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, (1943).

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, (1976).

LEITE DE VASCONCELOS. *Lições de Filologia da língua portuguesa*. Lisboa: Clássica, 1996.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia *A Carta de Caminha: Contribuições para a história da língua portuguesa*. Estudos Lingüísticos e Literários. Publicação semestral do Curso de mestrado em Letras da UFBA, Salvador: UFBA, n° 13, (fev./1992), p.103-110.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (org.). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: UFBA, 1996.

PEREIRA, P. R. *A Carta de Caminha: O testemunho e o êxtase ante o universo edênico do Novo Mundo*. ABL: Conferências, 2000. Disponível em <http://www.academia.org.br/2000/caminha1.htm>

SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. de O. *Nova história da expansão portuguesa. O império luso-brasileiro 1500-1620*. vol. IV(1992): Estampa, 1992.

SOUZA, N. M. *A Carta de Caminha: Aspectos sociais da Carta de Pero Vaz de Caminha – Sociologia do real e os conteúdos do imaginário*. ABL: Conferências, 2000. Disponível em: <http://www.academia.org.br/2000/caminha1.htm>

SOUZA, Nazarete de. *Estudos de alguns aspectos da ortografia da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Campinas: Unicamp/IEL. Dissertação de Mestrado, 2002.